CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 20/05/2022 - 05:56

Dia de extremos em Brasília

PODER / Depois de apresentar notícia-crime no Supremo contra Moraes, por suposto abuso de autoridade, Bolsonaro cumprimenta o ministro em cerimônia no TST. Horas antes, o presidente tinha criticado novamente o STF e o TSE

Um breve adeus às armas

» CRISTIANE NOBERTO
» LUANA PATRIOLINO

Em um gesto inesperado, o presidente Jair Bolsonaro (PL) baixou a guarda e cumprimentou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na cerimônia de posse dos novos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A solenidade ocorreu ontem, na sede da Corte trabalhista. A atitude causou surpresa em todos os presentes, pois pairava um clima visivelmente tenso entre as autoridades por causa da crise entre os Poderes.

A iniciativa de Bolsonaro ocorreu na mesma semana em que ele apresentou uma notícia-crime contra Moraes, no STF e na Procuradoria-Geral da República (PGR), por abuso de autoridade. Na Corte, a ação foi rejeitada pelo relator, o ministro Dias Toffoli. Já a PGR ainda não se manifestou.

Antes do afago, Bolsonaro estava sentado ao lado do presidente do TST, ministro Emmanoel Pereira, sem interagir com os outros convidados. Moraes, por sua vez, estava próximo à plateia.

A atitude de Bolsonaro causou alvoroço entre apoiadores. De um lado, houve críticas pela cordialidade; de outro, aprovação pelo gesto "nobre".

O evento contou com a participação do governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB); do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin; do procurador-geral da República, Augusto Aras; e de ministros do governo e parlamentares.

Ataques

Horas antes do evento no TST, Bolsonaro tinha criticado, novamente, o Judiciário. Ele afirmou que "provavelmente" foi o único chefe de Estado que não aceitou o "fica em casa, a economia a gente vê depois" na pandemia da covid-19 e reclamou que o Supremo deu poderes a estados e municípios para definirem a condução da crise sanitária.

"Lamentavelmente, o STF tirou de mim esse que seria o meu direito, foi tirado da minha mesa presidencial. Mas o Brasil fez a sua parte, colaborando com estados e municípios. E mais: os mais humildes, quando foram obrigados a ficar em casa, perderam toda a sua renda. Mas nós não tivemos nenhum problema social no Brasil porque acolhemos essas pessoas", destacou, durante o congresso Mercado Global de Carbono - Descarbonização & Investimentos Verdes, no Rio de Janeiro.

Ele disse, também, que escolheu seus ministros sem indicações políticas, embora partidos do chamado Centrão, como o PP e o PL, ao qual Bolsonaro se filiou já durante o mandato, façam parte do governo. No discurso, o chefe do Executivo sustentou que seus ministros poderiam estar ganhando "10 vezes mais" em outros locais, mas preferiram trabalhar no Executivo, e, por isso, "estão sofrendo muito", com "interferências explícitas do Poder Judiciário, o que é muito lamentável". "Mais da metade do meu tempo eu passo me defendendo de interferências indevidas do STF, mas estamos fazendo a nossa parte e jogando dentro das quatro linhas. E o Brasil está rodando", acrescentou.

Eleições

Bolsonaro voltou a lançar dúvidas sobre o sistema eleitoral. Ele repetiu — sem citar provas ou comprovação de irregularidades em pleitos passados — que os votos nas eleições gerais de outubro deveriam ser "contados publicamente" e "auditados", pois não se pode "enfrentar" um sistema eleitoral sobre o qual "paire dúvidas".

O presidente frisou que, no Brasil, "quem diria?", o chefe do Executivo federal seria quem está "brigando pela democracia", enquanto, segundo ele, "naturalmente, o que acontece é o chefe do Executivo conspirar para se perpetuar no poder". "Aqui é diferente", enfatizou, insistindo na defesa do "voto auditado". "O voto é a alma da democracia, ele tem que ser contado publicamente e auditado. Não serão duas ou três pessoas que vão bater no peito e dizer 'eu mando, vai ser assim, e quem agir diferente, vou cassar registro e vou prender'. Isso não é democracia", criticou. (**Com Agência Estado**)

AFP

Bolsonaro tomou a iniciativa de cumprimentar Moraes no evento: visível constrangimento

Mais da metade do meu tempo eu passo me defendendo de interferências indevidas do STF"

Jair Bolsonaro, presidente da República, antes do evento no TST

» Novos ministros da Corte trabalhista

O desembargador Sergio Pinto Martins e os ministros Morgana Richa, Amaury Rodrigues e Alberto Balazeiro foram empossados na cerimônia no TST. Ao **Correio**, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Colussi, destacou a importância da Corte. "Demonstra a importância da Justiça do trabalho para o Estado brasileiro. A expectativa da Anamatra é muito grande em relação aos empossados", frisou Colussi.

Em defesa dos ideais democráticos

Antes de participar da cerimônia no TST, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), esteve em uma sessão de homenagem aos 90 anos da Justiça Eleitoral e defendeu o trabalho da Corte.

Moraes destacou que as atividades do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são sérias e buscam combater "aqueles que são contrários aos ideais republicanos".

"A vontade de democracia e a coragem de combater aqueles que são contrários aos ideais constitucionais e republicanos permanecem na Justiça Eleitoral", enfatizou.

Atualmente, o TSE é comandando pelo ministro Edson Fachin, que passará o bastão a Moraes em agosto. No comando do tribunal, o magistrado terá como principais desafios o combate à desinformação e os ataques de Jair Bolsonaro (PL) às urnas eletrônicas.

O ministro também enalteceu o papel da Corte no combate à desinformação e na luta pela transparência. "Os brasileiros só têm do que se orgulhar da Justiça Eleitoral. É um trabalho sério, duro e de fiscalização, mas, mais do que isso, o trabalho da Justiça Eleitoral é um trabalho de afirmação dos valores democráticos, republicanos e do Estado de direito", destacou.

Ele enfatizou o histórico de empenho do sistema eleitoral contra fraudes. "Nasceu com muita vontade, nasceu com muita coragem de lutar pela democracia e com muita coragem de lutar contra um sistema que, à época, tentava capturar a vontade soberana do povo, desvirtuando os votos que eram colocados nas urnas", frisou. "Esse foi o surgimento da Justiça Eleitoral: vontade de concretizar a democracia e coragem para lutar contra aqueles que não acreditam no Estado democrático", acrescentou.

Multa

Também ontem, Moraes aplicou uma nova multa ao deputado bolsonarista Daniel Silveira (PTB-RJ) pelo descumprimento do uso de tornozeleira eletrônica. O valor fixado pelo magistrado é de R$ 105 mil e é cumulativo aos outros impostos anteriormente. Com isso, as dívidas do parlamentar já somam R$ 645 mil.

"Desde as decisões que aplicaram as multas referentes aos dias 30/3/2022 até 11/5/2022, o réu continua desobedecendo ordem judicial e violando as medidas impostas, manifestando-se expressamente no sentido de que não vai mais usar tornozeleira, pois está cumprindo o decreto do presidente da República, o que foi devidamente certificado pela oficial de Justiça", escreveu o ministro na decisão monocrática. "Assim, não havendo justificativa para o desrespeito das medidas cautelares impostas e, diante da continuidade das violações ao monitoramento eletrônico, verifica-se que houve novas violações em 7 (sete) dias distintos e sucessivos, desde a última decisão com a aplicação da multa civil."

Silveira foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão por atos antidemocráticos e ameaças a ministros da Corte e a instituições. (**LP**)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.